

ESCRITAS Vol. 7 n. 2 (2015) ISSN 2238-7188 p. 194-214

---

**TRADIÇÕES REINVENTADAS: VIAGENS CIENTÍFICAS E SIGNIFICADOS POLÍTICOS DA MARINHA FRANCESA À ÉPOCA DA RESTAURAÇÃO BOURBON (1815-1830)**

***REINVENTED TRADITIONS: SCIENTIFIC EXPEDITIONS AND POLITICAL MEANINGS OF THE FRENCH NAVY DURING THE BOURBON RESTAURATION (1815-1830)***

Daniel Dutra Coelho Braga \*

**RESUMO**

Após a queda de Napoleão, a França enfrentou simultâneos processos de reinvenção. O retorno de dirigentes Bourbon ao poder reformulou o Estado francês, de modo a conciliar anseios tradicionalistas e, ao mesmo tempo, exigências políticas corroboradas após a Revolução francesa. Em meio a tais processos de transformações simbólicas e institucionais, a Marinha francesa desempenhou um papel fulcral. O objetivo deste artigo é analisar os significados políticos de medidas defendidas pela Marinha durante a Restauração Bourbon. Dentre essas medidas, destaca-se a retomada da tradição de grandes viagens científicas, principalmente em função das diretrizes que forneceram para o colonialismo e comércio franceses e das formulações discursivas que promoveram acerca das regiões e povos por elas visitados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Restauração Bourbon; História política francesa; Viagens científicas; Ultrarrealismo.

**ABSTRACT**

After the fall of Napoleon, French institutions faced reinvention processes. The return of Bourbon leaders to power changed several structures of French State, so that it would be possible to come to terms with both traditionalist aspirations and political demands supported since the French revolution. Among such symbolic and institutional changes, the French Navy had a significant role. Therefore, this article aims at analyzing political meanings of decisions made by the French Navy during the first phase of the French constitutional monarchy in the 19<sup>th</sup> Century. It focuses particularly on French scientific expeditions commanded throughout the French Restoration, due to the colonial and commercial guidelines provided by them, as well as their discursive acts regarding visited regions and communities.

**KEYWORDS:** French Restoration; French political history; Scientific expeditions; Ultra-Royalism.

**Introdução**

---

\* Doutorando em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Endereço: Rua Constança Barbosa, 140/210 – Méier – Rio de Janeiro - RJ. 20735-090. E-mail: [daniel.dutra@bol.com.br](mailto:daniel.dutra@bol.com.br)

<sup>1</sup> As citações de textos originalmente em inglês e francês são traduções livres realizadas pelo autor deste trabalho.

<sup>2</sup> Os departamentos ministeriais à época da Restauração Bourbon eram seis: Interior, Assuntos Estrangeiros, Justiça, Guerra, Finanças e, finalmente, Marinha e Colônias (CARON. 2011, p. 15).

<sup>3</sup> O termo “*charte*” foi, na Restauração, escolhido no lugar do termo “constituição”, no intuito de atenuar o vínculo

Em 1825, o oficial da Marinha francesa Louis de Freycinet iniciava uma série de publicações referentes à viagem de volta ao mundo que havia comandado entre 1817 e 1820, no intuito de tornar pública a contribuição que acreditava ter feito para o progresso das ciências, por intermédio da empreitada que ele mesmo havia organizado a partir de 1814. Na introdução de um dos tomos da publicação, inteiramente dedicado à história da viagem e das regiões por ele visitadas, Freycinet explicitou de que modo sua viagem se vincularia àquelas comandadas por célebres viajantes do passado, como Bougainville, na França, ou até mesmo viajantes da Península Ibérica. No entanto, o comandante fez questão de ressaltar a especificidade da tradição à qual se filiaria. Sua viagem seria puramente científica, diferentemente daquelas empreendidas por homens como Vasco da Gama e Cristóvão Colombo, uma vez que, para Freycinet,

[...] é somente ao século XVIII que se deve a honra do florescimento do verdadeiro espírito de descoberta, ou seja, o gosto pelas viagens empreendidas sem visar interesses comerciais, somente com a esperança de ampliar o domínio das ciências e aperfeiçoar a história do homem. (FREYCINET, 1825, p.3)<sup>1</sup>

A crença em uma atividade científica comprometida apenas com o desinteressado aperfeiçoamento do saber humano não foi emulada apenas por Freycinet. Os registros de seus anseios se assemelham aos de outro oficial, Dumont d'Urville. Quando jovem e recém-ingresso na Marinha, este chegou inclusive a disputar um lugar na tripulação comandada por Freycinet, tendo sido, no entanto, preterido. Ainda assim, d'Urville manteve o íntimo desejo de realizar o que considerava a maior honra possível para um oficial: sua própria viagem científica. De acordo com o historiador John Dunmore, autor de uma biografia dedicada a d'Urville, teria sido por acreditar que nada seria "(...) mais nobre ou de maior valor para um espírito generoso que a vida devotada ao progresso do conhecimento" que o oficial dedicou-se às viagens de descobrimento, em detrimento da marinha "puramente militar" (DUNMORE, 2007, p. 17).

As palavras de Freycinet e Dumont d'Urville poderiam ser consideradas simples registros de ambições comuns na carreira naval da época, ou, ainda, a despeito dos benefícios que a atividade científica poderia trazer a suas carreiras, poderiam de fato atestar uma expectativa desinteressada no potencial de aperfeiçoamento que a ciência poderia conferir não só à Marinha, mas à sociedade francesa e à humanidade como um todo. Entretanto, compreendê-las deste modo reificaria o significado meramente privado de tais declarações, sem levar em conta em que medida estas poderiam existir enquanto registro de ações condicionadas sociologicamente. Afinal

---

<sup>1</sup> As citações de textos originalmente em inglês e francês são traduções livres realizadas pelo autor deste trabalho.

de contas, até se tornarem aptos a comandar empreitadas de tão grande porte, sancionadas pelo Ministério da Marinha, pela Academia Real de Ciências e inclusive pelo próprio rei da França, esses homens atravessaram o que o sociólogo Norbert Elias descreveria como um eficaz “processo de individualização” (1991, p. 60), ao longo do qual, devido a uma contínua interação com redes de relações sociais específicas, puderam apreender disposições para ações válidas no campo em que se encontravam. Assim, eles se tornaram indivíduos aptos a adquirir tamanha projeção. Suas trajetórias sociais não denotam algum tipo de natureza inata que os levaria às práticas científicas, mas sim uma percepção estratégica do “sentido do jogo” (BOURDIEU, 2004, p.81) em que se encontravam, posto que atuavam em uma instituição que atravessava intensas transformações juntamente ao Estado francês posterior à queda de Napoleão: a Marinha francesa.

As viagens de Freycinet e Dumont d'Urville são exemplos de um modelo de expedição científica intensamente explorado pela Marinha francesa à época da Restauração Bourbon. A última vez em que o Estado francês havia estimulado um empreendimento semelhante havia sido antes da Revolução francesa, quando La Pérouse deixou a França para comandar sua própria expedição em 1785, sem, contudo, retornar vivo à sua terra natal, devido a um naufrágio. O hiato de viagens científicas de grande porte ao longo do período revolucionário e, mais tarde, também ao longo do governo napoleônico pode ser facilmente compreendido quando se consideram as dificuldades econômicas, diplomáticas, políticas e até mesmo sociais enfrentadas pelo Estado francês ao longo desses períodos. Contudo, o simples início da Restauração Bourbon não explica, por si, as condições de realização e significados das grandes expedições científicas que, em um período de cerca de quinze anos, foram intensamente estimuladas pela Marinha francesa. Afinal de contas, o Estado francês e os ministérios que o compunham ainda enfrentavam limitações orçamentárias. O que explicaria, então, para além do ostensivo desejo de honra expresso por oficiais como Freycinet e d'Urville, um empenho tão intenso?

Tendo em vista essa questão, o objetivo deste artigo é relacionar as viagens científicas a um campo mais amplo de embates e disputas de ordem simbólica e prática, ocorridas na França da Restauração Bourbon. Busca-se identificar os posicionamentos preponderantes da Marinha francesa em tal arena, reconhecendo-se, todavia, as tensões e divergências internas que essa instituição poderia apresentar. As viagens científicas, em função das textualizações que promoveram acerca das regiões e povos por elas visitados, além das novas diretrizes comerciais e coloniais que ofereceram para a Marinha e, conseqüentemente, para o Estado francês, tornam-se

um objeto privilegiado para tal reflexão, pois permitem comparações com posicionamentos do campo político da Restauração que desejavam recuperar o sentido de um ideal de civilização articulado ao monarquismo e ao cristianismo e, principalmente, garantir a presença francesa no ultramar, de modo a recuperar o esplendor que acreditavam outrora ter vigido na França do Antigo Regime. Para tanto, analisaram-se o campo político da Restauração, as transformações da Marinha francesa à época ocorridas e, finalmente, algumas textualizações e medidas criadas em função das expedições científicas.

### **A Restauração Bourbon: desafios e disputas**

Após a queda de Napoleão, a Europa exigiu da França uma reinvenção. O desenrolar da história francesa ao longo das décadas anteriores havia sido, para muitos, traumático. É nesse sentido que o historiador Christophe Charle afirma que “em todos os domínios e em todos os níveis sociais, a sociedade francesa do início do século XX está dividida entre a nostalgia de uma grande aventura abortada e o medo do retorno de más lembranças” (1991, p.39). A França se encontrava, assim, duplamente constrangida. Por um lado, para muitos era necessário ceder a pressões internas e externas no sentido de criar mecanismos que garantissem a ordem e sufocassem a avidez revolucionária dos anos anteriores. Por outro lado, “uma restauração integral do Antigo Regime não era viável” (REMOND, 1965, p.262). Com efeito, a França não poderia fugir da irreversível renovação de pautas e ideais do novo século, renovação que ela mesma, enquanto palco do drama revolucionário, instaurou.

Esse cenário impunha desafios, principalmente de ordem simbólica, para os homens que, após a derrota de Napoleão, se dedicavam a orientar o destino francês. Nas palavras de Jean Claude Caron, “os novos dirigentes, a dinastia dos Bourbons e seus partidários, muitas vezes recém-chegados da emigração, deveriam simultaneamente aprender a conhecer seu país e se fazer conhecer”, ou seja, tratar-se-ia de um desafio primordialmente político e simbólico porque, apesar de decréscimos territoriais e demográficos, a atividade econômica francesa se restabelecia rapidamente, restando como maior desafio apenas a regularização das finanças públicas (2011, p.7). De fato, como também ressalta Francis Démier, apesar dos prejuízos resultantes das guerras enfrentadas ao longo da Revolução e do Império e das perdas territoriais após a queda de Napoleão, e ainda que distante dos índices de atividade industrial apresentados pela Inglaterra, os dirigentes franceses conseguiram estabelecer um relativo acordo no tocante a dar continuidade a

um projeto próprio de construção de uma “economia-nação”, compartilhando o desejo de conter um liberalismo econômico desenfreado e estimulando atividades produtivas, principalmente em regiões do interior do território francês (2012, pp.364-447). As necessidades de reinvenção mais urgentes, portanto, se deram no seio das estruturas do novo regime a ser instaurado e, principalmente, no campo de tensões simbólicas que poderiam reiterá-lo ou não.

Dentre os elementos que compunham a reinvenção promovida pelo novo regime monárquico constitucional, destacam-se a adoção do sistema bicameral contando com uma câmara hereditária, a criação de novos ministérios<sup>2</sup> e, evidentemente, a nova *Charte*<sup>3</sup>. Esses elementos eram não só o resultado de disputas, mas também desencadeavam muitas outras, e culminaram em uma profunda transformação do Estado francês. O bicameralismo, por meio da instituição da Câmara hereditária dos Pares, expunha um claro posicionamento quanto aos anseios de 1789, na medida em que tal câmara foi “concebida como um instrumento constitucional para sair do impasse teórico legado pela Revolução: o da identificação absoluta da representação com a nação” (WARESQUIEL, 2006, p.18). Logo, ainda que um historiador como François Furet afirme que a “Restauração conserva as estruturas do Estado imperial, mas nela introduz seus homens” (1988, p. 44), é possível identificar um profundo processo de renovação das bases sobre as quais se articulariam a partir de então as disputas políticas francesas, interna e externamente, sendo difícil não discordar de Furet e concordar com Pierre Rosanvallon (1990), por exemplo, para quem houve mudanças significativas nas formas do Estado francês.

Além de provocar transformações nas formas do Estado e em instituições a ele vinculadas, essas disputas culminaram em novas formas de discursos, linguagens e posicionamentos políticos, cuja natureza repousava justamente no novo campo de forças tecido pelas instituições da Restauração. Dentre elas, uma se destacou: o *ultrarrealismo*, ou *ultracismo*. O debate historiográfico acerca dessa categoria é intenso, na medida em que são muito delicadas e criticáveis as esquematizações por vezes excessivamente rígidas que situam, em três frentes de posicionamento, liberais saudosos do jacobinismo revolucionário, doutrinários ansiosos por um regime conciliador primordialmente norteados pelo constitucionalismo e, finalmente, os *ultra*, muitas vezes historiograficamente representados meramente como anacrônicos saudosistas

---

<sup>2</sup> Os departamentos ministeriais à época da Restauração Bourbon eram seis: Interior, Assuntos Estrangeiros, Justiça, Guerra, Finanças e, finalmente, Marinha e Colônias (CARON, 2011, p. 15).

<sup>3</sup> O termo “*charte*” foi, na Restauração, escolhido no lugar do termo “constituição”, no intuito de atenuar o vínculo que a carga semântica do último termo poderia ter com o legado da Revolução (DÉMIER, 2012, p. 63).

embebecidos pelo desejo de ressuscitar o Antigo Regime. As caracterizações se tornam ainda mais difíceis na medida em que, como lembra Francis Démier, os debates historiográficos sobre a Restauração tendem a refletir os posicionamentos políticos de muitos de seus historiadores, não apenas no século XIX – como seria de se esperar – mas até mesmo no século XX (2012, p.17). Logo, como bem apontaram Emmanuel de Waresquiel e Benoît Yvert, “sem ter encontrado seu historiador definitivo, o *ultrarrealismo* permanece não tendo sido estudado com precisão, tanto sociologicamente como politicamente” (2002, p. 168). Entretanto, a síntese oferecida por René Remond acerca do fenômeno é bastante eloquente, principalmente por se construir de modo relacional, identificando a construção dos sentidos do *ultrarrealismo* com base na forma mediante a qual esses se rebelaram tanto contra anseios liberais herdeiros de 1789 como também contra as conciliações propostas por doutrinários, que, em seu apreço pelas fórmulas oferecidas pelo regime constitucional, seriam vistos pelos *ultra* como traidores piores do que os próprios liberais (REMOND, 1968, pp. 31-32). Remond reconhece como características do posicionamento *ultra* um apreço a um ideal monárquico primordialmente medieval, incompatível com as fórmulas dos doutrinários. Imbuindo-se de uma percepção na qual seriam os verdadeiros defensores da nação francesa, os *ultra* teriam sido defensores das liberdades locais – ponto explicável até mesmo sociologicamente, pois seus principais líderes seriam originários da nobreza do interior da França (*noblesse de province*) –, comprometendo-se com o extermínio de todo e qualquer vestígio dos programas implementados a partir de 1789. Como explica Remond, “solicitar que esses homens aprovassem o princípio e a carta de um compromisso entre o antigo regime e a revolução seria como se os convidássemos a permanecer neutros entre o bem e o mal” (1968, p. 30). Qualquer vestígio da revolução seria um mal a ser combatido, principalmente a noção de igualdade, “radicalmente incompatível com a filosofia política dos *ultras*” (REMOND, 1968, p. 41), tal como explícito na forma pela qual o autor parafraseia os ideais do grupo:

Eles crêem na unidade fundamental de tudo o que vive e não crêem que haja diferença de natureza entre os organismos naturais e os seres sociais: não ensina a natureza que todo organismo vivo é diferenciado? As sociedades devem, portanto, obedecer às mesmas leis. Seu pensamento é histórico? As lições da história vêm, no tocante a isso, confirmar os ensinamentos da natureza: as sociedades viáveis são aquelas fundadas sobre a desigualdade. Enfim, se nos referirmos ao passado nacional, a sociedade do antigo regime repousava sobre uma hierarquia de corpos privilegiados, na qual cada um possuía seu próprio estatuto e direitos e deveres se estabeleciam em equilíbrio. Foi esse sábio e harmonioso edifício que os revolucionários destruíram: eles imprudentemente fizeram tabula rasa do produto da história e acreditaram fazer a felicidade do indivíduo ao consagrá-lo sobre a ruína da ordem antiga (REMOND, 1968, p.41).

A influência *ultra* sobre os rumos políticos da França da Restauração foi descontínua, porém intensa, tendo alcançado seu auge ao longo da atuação de Villèle como presidente do Conselho ministerial, entre 1821 e 1828 (CARON, 2011, pp.19-26). Além disso, seus ideais alcançaram profunda ressonância em muitos circuitos da sociedade francesa. Eles se entremearam, por exemplo, ao romantismo francês inicial, saudoso de concepções medievais e elogioso do cristianismo<sup>4</sup>. Além disso, ao longo da Restauração, uma das instituições que mais contou com diretrizes e homens que muitas vezes se aproximaram os ideais *ultra* foi a Marinha francesa, tendo sido o próprio Villèle um antigo oficial (DUNMORE, 2007).

### **Sentidos da Marinha francesa na arena da Restauração**

Em meio a todas as transformações promovidas pela Restauração, a Marinha francesa foi uma instituição de destaque e uma das que mais encarou modificações. Além de ser um canal preponderante nas reconfigurações do Estado, a instituição buscou se reorganizar de modo a responder a exigências de ordem tanto material como simbólica. De fato, à Marinha se apresentava um escopo tão amplo e diverso de desafios como à própria França, o que resultou em uma igualmente necessária reinvenção. Esta reinvenção, no entanto, não ocorreu de modo unívoco e linear. Um simples dado indica o nível de tensão – e, conseqüentemente, de significados em disputa – alcançado pela instituição: durante todos os anos do governo napoleônico, a Marinha contou com apenas um Ministro a representá-la, ao passo que, durante a Restauração, foram vários os homens à frente do Ministério da Marinha e Colônias. A identidade da instituição e o sentido de suas ações encontravam-se, portanto, em contínua disputa devido à “instabilidade ministerial” (TAILLEMITE, 1988, p.309) nesse campo dirigente.

Apesar da instabilidade ministerial, é inegável, contudo, a preponderância de uma reorientação que implicou uma ampliação dos papéis conferidos à instituição. O constrangimento de ordem internacional no qual se encontrava a França obrigou a Marinha a se reinventar dentro dos moldes do que a historiadora Michèle Battisti definiu como uma “Marinha de tempos de paz” (1993, p.12). É nesse sentido que o historiador Étienne Taillemite recupera o

---

<sup>4</sup> Como um de seus mais eloquentes líderes iniciais, destacou-se René de Chateaubriand, defendendo uma articulação entre o ideal de civilização e o catolicismo. Sua trajetória política é complexa, pois seu posicionamento foi continuamente alterado, principalmente em função de disputas com homens do próprio segmento conservador da época, como Villèle (CARON, 2011, p.25). Apesar disso, Chateaubriand permaneceu adepto do monarquismo.

posicionamento de conde de Molé, ministro da Marinha entre setembro de 1817 e dezembro de 1818 e defensor, perante as Câmaras, de uma reconfiguração dos papéis da instituição. Segundo Taillemite, Molé considerou a Marinha como “o mais poderoso meio de fecundar a paz”, sendo para o então ministro um equívoco considerá-la apenas sob o viés militar, dado que o comércio, a indústria e as ciências esperariam justamente da Marinha as condições ideais para prosperar (1999, p.470).

Todavia, o que é mais significativo no tocante à Marinha francesa – ou, ao menos, o que mais se busca ressaltar no presente estudo – é que, muitas vezes, as medidas por meio das quais ela tentou reiterar e reinventar tanto o papel da França em diversos lugares do mundo como o seu próprio lugar dentro da França adquiriram uma conotação conservadora. Muitas vezes foi no seio da Marinha que se exprimiu de modo mais enfático um verdadeiro desejo de retorno ao Antigo Regime, tanto no que se referiria ao funcionamento interno da instituição como no tocante aos valores e ideais mais gerais da sociedade francesa que ela de bom grado corroboraria.

Um dos vetores de tal desejo conservador foi justamente o primeiro ministro da Marinha francesa, François Joseph de Gratet, o visconde du Bouchage. Du Bouchage havia sido ministro da Marinha por um breve período em 1792, tendo de abandonar o cargo devido às transformações revolucionárias que o obrigaram a emigrar. O retorno de du Bouchage junto aos Bourbons é um exemplo emblemático do movimento de regresso daqueles que se auto-exilaram devido às ações de homens como Robespierre. Logo após retornar, o visconde cercou-se de realistas no intuito de levar as instituições da Marinha ao estado em que estavam antes de 1789 (TAILLEMITE, 1988, p.308-309). No processo descrito por Battisti como uma tentativa de “ressurreição da Marinha de Louis XVI”, o ministro teria se esforçado em eliminar qualquer traço do período napoleônico, dispensado 400 oficiais, reconstituindo a carreira de oficiais exilados e eliminando instituições criadas pelo imperador, como as prefeituras marítimas (1993, p.17).

Du Bouchage permaneceu por pouco tempo à frente do Ministério. Todavia, independentemente dos novos rumos adotados por ministros que o sucederam, como o próprio supracitado conde de Molé, muitas de suas medidas obtiveram continuidade. Além disso, outras medidas navais adotadas ao longo da Restauração, como o estabelecimento de estações navais em regiões do mundo nas quais seria importante criar ou expandir a presença francesa, seriam, tal como aponta Taillemite, não uma súbita invenção, mas acima de tudo um retorno: mesmo não

sendo elaboradas de modo tão caricatural como os anseios do visconde, tais estações seriam um eloquente exemplo da retomada de uma “tradição de Antigo Regime” (1999, p.472, grifo nosso).

As concepções de hierarquia da Marinha da Restauração também trouxeram ressonâncias de tradições abaladas após a Revolução. O compromisso, por parte da Marinha, com uma determinada concepção de valores hierárquicos para a sociedade francesa é visível até mesmo na forma mediante a qual a instituição buscou adquirir novos papéis, como o de efetivamente contribuir para o progresso do comércio e da ciência franceses, tal como demandado pelo conde de Molé. É um exemplo eloquente de tal concepção hierárquica a disputa, no campo científico, estabelecida entre naturalistas civis e aqueles formados pela Marinha francesa a partir da Restauração Bourbon (KURY, 2001, p. 134). O cisma entre civis e oficiais foi um fator essencial da organização de atividades científicas de grande porte, como as expedições científicas de volta ao mundo. Porém, além disso, elas refratam, mais do que um modelo de organização de empreitadas pontuais, uma reiteração dos significados de distinção na sociedade francesa que se reorganizava após a queda de Napoleão. Sob a Restauração, o corpo da marinha tendeu a se fechar, revelando um impasse no tocante à concepção de hierarquia social que deveria corroborar. Por um lado, a seleção para seus quadros não mais se fazia apenas em meio à nobreza tida como verdadeira. Contudo, ainda assim seria altamente hierárquica, pois se daria através do critério censitário de renda, não respeitando os princípios da *Charte* de 1814 que buscavam abrir a todo francês a possibilidade do exercício de trabalho que correspondesse a seus talentos (TAILLEMITE, 1988, p. 309) – um aspecto do texto constitucional diretamente tributário dos valores semeados após 1789 e reiterados, ao menos em nível ideológico, por Napoleão<sup>5</sup>.

Além de se reformar internamente recuperando diretrizes do Antigo Regime e restabelecer modelos de distinção que por vezes opunham-se aos ideais reiterados ao longo do Primeiro Império, a Marinha também se fez presente no sistema de representação da Restauração Bourbon. Muitos homens da Marinha francesa conquistaram posições de destaque no regime monárquico constitucional, principalmente em função das possibilidades oferecidas pela adoção do bicameralismo. Em agosto de 1815, ingressaram na Câmara dos Pares homens como o marquês Aimé de Clermont-Tonnerre e o conde de Molé, os quais foram, como apontado

---

<sup>5</sup> É salutar, neste ponto, relacionar tal análise, restrita à formação de quadros da Marinha francesa, a um debate historiográfico mais amplo acerca da história social francesa à época da Restauração, tal como problematizada, por exemplo, no clássico trabalho de Christophe Charle, no qual se identifica uma restrição social na formação de elite (“*fermeture sociale de l’enseignement d’élite*”) ao longo da Restauração, a qual seria, segundo Charle, uma “regressão em relação às inovações pedagógicas das escolas centrais do Diretório” (1991, pp. 24-25).

anteriormente, também ministros da Marinha. Em 1817, foi a vez do Visconde du Bouchage ingressar na câmara alta (WARESQUIEL, 2006, pp. 386-398). Finalmente, em 1821, o barão de Portal, que já havia sido ministro da Marinha a partir de 1818, tornou-se também um Par da França (WARESQUIEL, 2006, p. 406). A presença de tantos oficiais justamente na Câmara Alta da Restauração é eloqüente: ainda que não seja possível vincular todos os oficiais da Marinha que alcançaram postos de representação na Câmara à tendência política mais conservadora do regime, representada pelos *ultras*, é possível identificar posicionamentos que, na gramática política da Restauração, certamente refletiriam tendências conservadoras, ainda que não extremas.

Finalmente, há um ponto no qual indubitavelmente o posicionamento preponderante da Marinha francesa e as aspirações mais conservadoras do campo político da Restauração convergiram: o colonialismo. Neste âmbito, destacou-se a questão da independência do Haiti, que desde o final do século XVIII mobilizou diferentes anseios na França. De um modo geral, foi preponderante, nas percepções francesas da questão haitiana, uma interpretação segundo a qual o rumo dos eventos que culminaram na independência da antiga colônia de *Saint Domingue* seria um mero desdobramento da Revolução Francesa. Sendo assim, não se trataria de uma história autônoma, mas derivada da história francesa. Em meio a esse vetor interpretativo, no entanto, houve uma diferenciação clara, que permaneceu ao longo da Restauração: ao passo que entusiastas monarquistas – muitos identificados com o *ultrarrealismo* – ainda nutriam a expectativa de recuperar a colônia francesa, adeptos de um ideário republicano liberal tendiam a defender a independência do Haiti. Foi este o caso, por exemplo, de Civique de Gastine, republicano que enfaticamente defendeu, em publicações como *Lettre au Roi sur l'indépendance de la République d'Haiti et l'abolition de l'esclavage dans les colonies françaises*, de 1821, a posição de que a França não precisaria de colônias, sendo necessário desenvolver a economia interna, formada por terras ainda não cultivadas e camponeses ignorantes que deveriam ser instruídos (BRIÈRE, 2008, pp. 19-29).

As diretrizes de ação da Marinha francesa na questão haitiana variaram de acordo com os homens à frente da instituição, o que revela o escopo de tensões e divergências que a constituía. A esperança de recuperar plenamente a colônia francesa foi abolida pelo barão de Portal, que assumiu o Ministério da Marinha e das Colônias em 1818. Reconhecido por ter sido o autor do projeto de unificação das marinhas mercante e militar, Portal também foi o responsável por uma irreversível posição liberal no tocante ao Haïti, respeitando a soberania da nação independente e

buscando estabelecer acordos que favorecessem a França (BRIÈRE, 2008, pp. 77-79). Com a sucessão de ministros, no entanto, o caráter de tais acordos foi reconfigurado. Em função disso, o marquês de Clermont-Tonnerre, enquanto ministro da Marinha entre 1821 e 1824, empenhou-se em enviar diversas missões ao Haïti, dentre elas algumas secretas, no intuito de estabelecer um *Proctectorat* segundo o qual o novo país não poderia, em suas relações exteriores, ter qualquer outra fonte de amparo e proteção que não a França (BRIÈRE, 2008, pp. 95-104).

A questão colonial francesa se manteve como pauta importante mesmo após o reconhecimento da independência do Haiti, sendo um ponto fulcral a conferir um papel decisivo para a Marinha no regime da Restauração. Em um período no qual, apesar de divergências, as correntes políticas majoritárias representadas no Estado francês concordavam com o papel central que este deveria ter ao guiar a economia francesa, era essencial um posicionamento da Marinha no sentido de defender a questão colonial, de forma que seu principal raio de ação nos destinos econômicos da França não fosse obliterado pelas demais atividades que à época se impunham.

#### **As viagens científicas: refrações de anseios**

Tendo em vista o cenário de embates da Restauração Bourbon e os posicionamentos da Marinha francesa em tal arena, as viagens científicas adquirem um significado mais amplo, tanto enquanto um modelo de empreitada científica como também enquanto um *locus* de produção discursiva sobre os locais por elas visitados e sobre a própria França que as organizou. Elas não se restringiram, portanto, ao mero compromisso nobre e desinteressado com progresso do conhecimento científico, tal como exaltado por Freycinet e Dumont d'Urville.

A viagem de Freycinet foi, por sinal, o grande estopim para a retomada de uma prática cara ao Antigo Regime. Segundo Taillemite, “o governo da Restauração desenvolve um esforço considerável para retomar contato com o resto do mundo e pôr em prática uma política relativamente coerente de grandes viagens, retomando a tradição interrompida” (1999, p.469). A retomada dessa tradição só foi possível devido ao êxito de Freycinet em sua primeira viagem, a qual ocorreu entre 1817 e 1820, mas cujos preparativos se iniciaram nos últimos meses de 1814. Para auxiliar o comandante na realização de uma empreitada tão ambiciosa, Freycinet pôde contar com ninguém menos que o supracitado Visconde du Bouchage, nostálgico ministro da Marinha, o qual prontamente subscreveu os planos ambiciosos de Freycinet, talvez em função do quanto eles retomassem uma tradição silenciada após a Revolução Francesa.

A publicação do relatório de Louis de Freycinet só ocorreu em 1825, após uma longa disputa no interior do Estado francês. Essa disputa ocorreu em função de divergências referentes ao escopo da publicação: os planos iniciais de Freycinet exigiriam um orçamento elevado, pois o comandante preocupava-se em divulgar não apenas dados astronômicos e náuticos para a Marinha, mas também descrições de elementos naturais encontrados e coletados, além de, junto à narrativa da viagem, um quadro histórico dos locais visitados. Segundo Taillemite, o relatório da expedição de Freycinet contribuiu para melhorar a imagem da marinha, abalada pelos episódios da Revolução e do Império, além de consolidar uma atenção institucional em relação ao Oceano Pacífico, que entrava então nos grandes circuitos econômicos mundiais (1999, p. 491). De fato, o relatório continha vastos inventários dos tipos de indústria e produções naturais encontrados nos locais visitados por Freycinet, possibilitando uma orientação posterior para as diretrizes comerciais francesas. Locais como o Rio de Janeiro, por exemplo, onde Freycinet permaneceu por cerca de seis meses ao longo de duas estadas diferentes, foram representados no relatório sob o crivo de um potencial parceiro comercial – embora constantemente criticado pela forma como nele vinham se estabelecendo os usos dos recursos naturais, sobretudo agrícolas (BRAGA, 2014).

O êxito da expedição de Freycinet possibilitou a realização de outras viagens semelhantes. No entanto, há de se ressaltar que as relações sociais no interior do Estado Francês foram elementos igualmente importantes para possibilitar a realização de viagens subseqüentes, como as de Duperrey, Bougainville e Dumont d'Urville. A presença de homens da Marinha em outras esferas do Estado que não o Ministério da Marinha foi decisiva neste aspecto. Destaca-se, nesse sentido, a ascensão ao poder de um líder ultrarrealista, Villèle. Um dos biógrafos de Dumont d'Urville, John Dunmore, ressalta que a atuação de Villèle foi um aspecto decisivo para a manutenção de uma política de viagens científicas de grande porte a partir de 1821, uma vez que “o novo Primeiro Ministro, Villèle, um antigo oficial da Marinha, era mais receptivo a propostas favoráveis à exploração e fortalecimento da posição da França no ultramar” (2007, p. 30).

Com um maior apoio no interior do Estado francês, as viagens científicas puderam continuamente contar com subsídios que Freycinet havia obtido dificuldades. As publicações dos relatos de viagem de Duperrey, por exemplo, receberam um amparo maior do que os tomos providenciados por Freycinet. Os sete volumes e quatro atlas referentes à viagem de Duperrey foram publicados em um tempo recorde de menos de cinco anos, graças a subvenções do Ministério da Marinha, que não encontrou impedimentos para garantir a realização de uma

publicação ambiciosa (BATTESTI, 1993b, p. 87). A continuidade de uma linha de publicações tão ambiciosa, nas quais elencavam-se tanto elementos da natureza como aspectos da história dos locais e povos visitados, terminava por corroborar publicamente uma agenda difusão civilizatória francesa, além de explicitar em que medida novas relações comerciais poderiam ser exploradas.

Cabe ressaltar, no entanto, que até mesmo relatos de viagem com uma ambição editorial mais circunscrita foram eloquentes ao reverberar símbolos e concepções de destaque na arena de ideais da França do regime monárquico constitucional. Esse é o caso do relato de viagem de Hyacinthe de Bougainville, cuja expedição de volta ao mundo se deu entre 1824 e 1826. Como bem ressaltou a socióloga Agnes Bériot, essa expedição – diferentemente das comandadas anteriormente por Freycinet e Duperrey – apresentou um caráter ostensivamente comercial e diplomático, não sendo divulgada como um empreendimento primordialmente científico. Segundo a socióloga, Bougainville teria sido encarregado de “uma missão política e comercial: estabelecer relações com a Indochina, observar os estabelecimentos ingleses que se multiplicavam na Índia e reconhecer os mares da China” (1962, p. 208). De fato, o caráter comercial da expedição se impunha. No entanto, a carta enviada a Bougainville pelo então ministro da Marinha francesa, Clermont-Tonnerre, em 17 de fevereiro de 1824 – a qual foi posteriormente publicada junto ao relato da viagem – apresenta a finalidade comercial da empreitada imbricada a uma rede de símbolos nos quais se alicerçavam toda uma identidade civilizatória a ser reiterada. É eloqüente a forma como o ministro, encerrando sua carta de instruções e diretrizes, indica os valores que a tripulação da expedição deveria defender:

*A Thétis e a Espérance*, na medida em que fazem o pavilhão do Rei ser visto nos mares onde ele não se mostra tão frequentemente como o desejaria o interesse de nosso comércio, deverão inspirar por todo lugar apenas os sentimentos de boa vontade e estima pelo nome francês. Nesse aspecto, conto com o bom espírito dos oficiais encarregados de vos ajudar. É essencial que eles se dediquem a manter, junto à tripulação, a mais exata submissão; que em suas relações eles saibam se adequar aos hábitos (*usages*) das diferentes regiões e respeitar os costumes (*coutumes*) de todos os povos, por mais bizarros que possam parecer aos Europeus. Em uma palavra, mantenhais em qualquer lugar e em igual medida a boa *ordem*, a *disciplina*, o *amor pelo rei*, o zelo pelo serviço e esse desejo constante de se *distinguir*, o qual é o apanágio das almas fortes (CLERMONT-TONNERRE, 1824 apud BOUGAINVILLE, 1837, p.9, grifos nossos).

Ainda que o apreço pela ordem e disciplina possa ter um significado restrito, no sentido de manter uma hierarquia cara à funcionalidade institucional da Marinha, é inegável que, nas palavras do então Ministro Clermont-Tonnerre, são justamente as características exemplares na Marinha francesa aquelas que poderiam contemplar os anseios e sentidos da expansão francesa

em outras regiões, até mesmo naquelas onde os costumes se apresentassem de modo incongruente para convenções européias, mas que, ainda assim, poderiam ser úteis em uma lógica comercial.

De todo modo, as ressonâncias dos ideais da Marinha francesa não se apresentam, na publicação de Bougainville, apenas na reprodução da carta de 1824. Ainda que o viajante tenha explicitado o caráter preponderantemente técnico da publicação, a qual só pôde ser concluída em 1837, os anseios por um ideal de civilização tal como outras vezes reiterado no campo da Marinha é recorrente no texto. Logo no prefácio da publicação, Bougainville registra que sua obra é dirigida a oficiais, contendo informações de caráter náutico que poderiam auxiliar navegações futuras. Em função do atraso na confecção da publicação, o comandante lamenta que informações de outra ordem tenham se tornado obsoletas, restando ao escopo da publicação apenas as descrições sobre inventário de rotas, correções cartográficas e técnicas de navegação. Ainda assim, em diversos momentos de sua narrativa, Bougainville não se atém à mera descrição de dados hidrográficos, astronômicos ou náuticos, ressaltando o seu apreço a ideais em voga no período da Restauração, como a articulação entre o ideal de civilização e o cristianismo, sobretudo ao descrever povos que reconheceu como “semi-civilizados” e situados em uma “natureza de caráter jovem” (BOUGAINVILLE, 1837, pp. 131-133). Trata-se do mesmo léxico mobilizado por Freycinet ao descrever, por exemplo, as diferentes populações indígenas encontradas na província do Rio de Janeiro, as quais foram classificadas pelo viajante como “civilizadas”, “semi-civilizadas” ou, ainda, “não civilizadas”, sendo o critério de discriminação de Freycinet a apreensão, por parte dos indígenas, dos usos da natureza tidos como civilizados e do cristianismo. Ao comparar os grupos indígenas com a sociedade colonial decorrente da colonização portuguesa, Freycinet também corroborou a ideia de estágios diferenciados de civilização, segundo a qual a civilização tributária dos portugueses seria a mais avançada, porque tributária de uma civilização antiga (BRAGA, 2014).

A intertextualidade mobilizada na confecção dos projetos editoriais dos viajantes da Restauração também evidencia uma seleção de referências textuais e conceituais que reiterariam projetos civilizadores e hierárquicos caros à Marinha francesa. É o que se pode averiguar na linha de publicações referente à primeira viagem de Dumont d’Urville, entre 1826 e 1829. No terceiro tomo do volume dedicado à história desta viagem, a preocupação de d’Urville foi a de explicitar as referências por ele utilizadas para redigir suas experiências na Nova Zelândia. De acordo com

o viajante, uma publicação exclusivamente dedicada à Nova Zelândia seria justificável porque poderia atender aos interesses de todos os que prazerosamente se dedicassem a “estudar a raça humana na infância de sua civilização” (D’URVILLE, 1831, p.1) Assim, o comandante recuperou relatos de viagens anteriores às suas. Além de explicitar o quanto era tributários de viajantes de outras nacionalidades, o que é surpreendente na coleção publicada por Dumont d’Urville é a recorrência da dimensão propriamente religiosa a nortear o contato dos viajantes com as comunidades tradicionais neozelandesas. Uma parte considerável da publicação é, basicamente, uma compilação de relatos publicados no periódico inglês *Missionary Register*, no qual missionários ingleses registraram suas experiências em diversos locais do planeta. São deste periódico os registros do reverendo Samuel Marsden que nortearam a interpretação de Dumont d’Urville acerca dos povos neozelandeses, sobretudo devido à ênfase por Marsden conferida ao “estado moral e político” em que se encontravam os povos da região (D’URVILLE, 1831, p. 106). Não se pode afirmar que o teor da publicação seja autoritário. Com efeito, as cartas de Marsden inclusive lamentam as injustiças cometidas por europeus em relação aos povos neozelandeses (D’URVILLE, 1831, p.110). Contudo, até quando empenhadas em desmistificar juízos excessivamente severos acerca dos ditos “selvagens” da Nova Zelândia, os textos de Marsden, assim como todos os demais compilados por d’Urville, reiteram o quanto o cristianismo seria uma chave essencial para promover o progresso da civilização em regiões como a Nova Zelândia, de forma a conferir à Europa a possibilidade de novas parcerias comerciais e políticas. O que se verifica, portanto, é que o intuito da publicação é reiterar a necessidade de uma tutela institucional, através do comércio e da religião, por meio da qual regiões ultramarinas poderiam alcançar estágios superiores ao da dita “infância” da civilização. A França, por sua vez, desempenharia papel primordial em tal tutela civilizatória europeia.

É evidente, portanto, a forma pela qual uma linhagem específica de literatura de viagem científica corroborou concepções recorrentes em outros modelos do gênero. Louis de Freycinet, Hyacinthe de Bougainville e Dumont d’Urville, ainda que à frente de projetos editoriais comprometidos primordialmente com circuitos de recepção de instituições científicas (como o *Muséum National d’Histoire Naturelle*, a *Académie Royale des Sciences* e, obviamente, a própria Marinha), deliberadamente corroboraram concepções de civilização, cristianismo e, em última instância, de compreensão da diversidade humana que circulavam em outros âmbitos da cultura francesa. É sintomática, nesse sentido, a semelhança com o teor dos escritos de René de

Chateaubriand, certamente a mais reverberante referência francesa no gênero da literatura de viagem, a ponto de Tzvetan Todorov descrevê-lo como o “inventor da viagem tal como ela será praticada nos séculos XIX e XX” (1989, p.377). Ao comentar a permanência dos escritos de Chateaubriand em tradições francesas de reflexão sobre a alteridade, Todorov afirma que “seus relatos de viagem suscitarão inúmeras imitações e influenciarão, direta ou indiretamente, todo o gênero, e, por meio dele, toda a percepção europeia dos “outros”” (1989, p. 377).

A íntima articulação entre civilização e cristianismo, tão recorrentemente anunciada nos relatos dos viajantes das expedições científicas da marinha francesa, pode ser um exemplo de ressonância dos escritos de Chateaubriand. Em sua *Voyage en Amérique*, gradualmente publicada anos após a realização de sua viagem pela América do Norte em 1792, o monarquista dedicou-se a denunciar os rumos da instauração da civilização na América setentrional, criticando o estado em que se encontravam as populações ditas selvagens da época. Para Chateaubriand, a chave que possibilitaria a civilização em meio a esses povos seria a matriz católica do cristianismo:

Os governantes protestantes da América pouco se ocuparam da civilização dos Selvagens; eles apenas desejaram comercializar com eles: porém, o comércio que eleva a civilização em meio a povos já civilizados, e em meio aos quais a inteligência prevaleceu sobre os costumes (*mœurs*), apenas produz a corrupção em meio aos povos nos quais os costumes são superiores à inteligência (CHATEAUBRIAND, 1969, p.860).

Os resultados das viagens científicas não se restringiram à coleta de dados científicos ou à reiteração de um ideal civilizatório francês. As viagens também foram ensaios que terminaram por aperfeiçoar a gestão da atuação francesa nos mares e em lugares distantes, na medida em que testaram novas tecnologias de transporte e até mesmo estratégias para garantir a manutenção da saúde dos viajantes em locais de difícil acesso, ou nos quais doenças típicas poderiam impedir uma plena inserção dos viajantes. Este é um dos grandes méritos da viagem empreendida por Duperrey. Além de ter sido menos custosa do que a de Freycinet, a viagem de Duperrey foi extremamente bem sucedida no tocante a controlar eventuais doenças contraídas a bordo, tornando-se uma referência para a medicina naval e colonial. Um dos naturalistas que integrou a viagem de Duperrey, Lesson, pôde estabelecer um inventário de características sanitárias em ilhas oceânicas onde se apresentavam epidemias como cólera, estabelecendo um contraponto pragmático em relação a idealizações referentes à zona intertropical e ao dito “estado de natureza” (BATTESTI, 1993b, p. 85). Não é à toa que Duperrey foi condecorado pelo

conservador rei Charles X, que manifestou sua satisfação acerca da realização da viagem (BATTESTI, 1993b, p. 87): a contribuição da empreitada garantiria melhores condições de ampliação da presença francesa em diferentes faixas do mundo.

Outro ponto que ressalta o caráter das grandes viagens científicas promovidas à época da Restauração Bourbon é o fato de que, muitas vezes, o desenrolar de tais atividades se dava de modo a complementar as atividades de estabelecimento de estações navais, as quais eram, como citado anteriormente, uma das tradições do Antigo Regime agora avidamente recuperadas pela Marinha francesa, de modo a reforçar a presença francesa no mundo. Um dos casos mais eloqüentes de entrecruzamento de atividades inicialmente científicas e, secreta e posteriormente, políticas, é a expedição hidrográfica comandada pelo barão Roussin, enviada à América do Sul e primordialmente comprometida com o inventário hidrográfico da costa brasileira.

As atividades científicas de Roussin se deram em correlação com as atividades científicas dos comandantes das grandes expedições científicas. Uma prova de tal correlação é a confecção conjunta de uma carta da província do Rio de Janeiro, elaborada conjuntamente por Roussin e por Freycinet. A possibilidade do trabalho articulado se deu justamente após ambos realizarem suas viagens, primordialmente científicas. Aquele que se ativer às descrições contidas no relatório *Le Pilote du Brésil*, publicado em 1826 após o barão Roussin se dedicar à análise das costas brasileiras por anos, de fato não encontraria mais do que um texto comprometido com os valores do progresso científico da humanidade, tal como exaltados nos supracitados relatório de Louis de Freycinet e anseios pessoais de Dumont d'Urville. No entanto, um exame posterior da trajetória social desse viajante, assim como a comparação de sua publicação com outros textos, como cartas e memórias, revelam uma dimensão mais ampla de suas atividades científicas. Entretanto, é nas memórias de outro personagem que se encontra um aspecto chave da missão hidrográfica comandada por Roussin: o barão de Portal, ministro da Marinha à época em que Roussin deixou a França para mapear as costas brasileiras, revelou em uma publicação postumamente publicada que a verdadeira missão de Roussin seria, na verdade, observar o desenrolar das ações revolucionárias de Simon Bolívar, de forma que fosse possível compreender da melhor maneira possível o desenrolar dos movimentos políticos da América do Sul (PORTAL, 1846, pp. 54-57).

As ações posteriores de Roussin não diferiram muito da missão que consolidou seu nome nos campos científico e político francês: em 1822, o viajante assumiu o comando de uma estação naval francesa no litoral norte brasileiro, logo no momento em que esta foi criada (POTELET,

1993, p. 369). Nesta estação, o oficial da Marinha manteve o mesmo tipo de observação política da qual foi incumbido quando realizou sua expedição hidrográfica. Na estação naval, Roussin registrou o desenrolar das tensões decorrentes do processo de independência do Brasil, temendo uma fragmentação do Império Brasileiro devido aos diferentes posicionamentos políticos identificados nas províncias brasileiras. O receio de Roussin, compartilhado também pelo oficial da Marinha Grivel, era o de que o Império Brasileiro se dividisse em diversas repúblicas, seguindo o exemplo da América espanhola (POTELET, 1993, p.372). Com isso, os interesses políticos e econômicos da Marinha francesa, representados pelos viajantes situados na estação naval, seriam comprometidos. Afinal de contas, como bem ressalta a historiadora Jeanine Potelet, no tocante à situação política brasileira, era de suma importância para a França a manutenção de um governo monarquista nas Américas, de modo a corroborar o princípio monárquico que a dinastia Bourbon lutava para defender também na Europa (1993: 36-37).

### **Considerações finais**

Em uma época na qual forças de tradição e transformação se confrontavam, o Estado francês foi reformulado de forma a garantir a preponderância de uma potência. Em meio a esse processo, tradições do Antigo Regime foram retomadas, principalmente pela Marinha francesa.

As atividades científicas encadeadas pela Marinha francesa corroboraram um modelo conservador de desenvolvimento francês. Em tal modelo, consideravam-se como alicerce essencial relações comerciais que garantissem a prosperidade francesa mediante o contato com aliados que não ameaçassem os ideais de civilização estruturantes da monarquia constitucional recém-estabelecida. O colonialismo, por sua vez, manteve-se no horizonte de anseios de tal modelo de desenvolvimento. Simultaneamente, as viagens científicas promoveram uma reinvenção discursiva não só da própria França, mas de todo o mundo, tornando-o, por meio de elementos da linguagem do campo político francês, apto a ser inventariado comercial, política e cientificamente. Considerando-se essa linguagem “como contexto, não como texto” (POCOCK, 2013, p. 65), é plausível afirmar que os oficiais da Marinha optaram por signos que buscavam reiterar um novo papel civilizatório francês, ou seja, uma nova forma de projeção internacional, diferente daquela defendida pelos revolucionários de 1789 ou por Napoleão. Todo o processo institucional encadeado pela Marinha francesa, ao longo do qual as viagens foram concebidas, realizadas e posteriormente divulgadas em diversos modelos de publicação, contribuiu não só

para a difusão do ideal civilizatório francês, mas também para a sua efetiva implementação em diretrizes de relações comerciais e políticas, uma vez que “quanto mais institucionalizada for uma linguagem e quanto mais pública ela se tornar, mais ela estará disponível para os propósitos de diversos locutores articulando diversas proposições” (POCOCK, 2013, p. 68).

As tradições reinventadas pela França da Restauração Bourbon foram essenciais para o êxito de uma política de recuperação e expansão do poder que, em meio aos embates revolucionários e contrarrevolucionários que orientaram os conflitos europeus na virada do século XVIII para o século XIX, subverteram o campo de atuação francesa. O relativo êxito de tal agenda de expansão ao longo da Restauração Bourbon certamente condicionou, tanto cultural como administrativamente, as investidas imperiais posteriormente efetivadas pelo Estado francês, principalmente ao longo do Segundo Império. Compreendê-las em sua complexidade simultaneamente simbólica e prática é essencial para uma melhor interpretação das relações entre as diferentes nações ao longo do século XIX, posto que, como argutamente ressaltou Edward Said, "(...) pouquíssima atenção tem sido dedicada ao papel privilegiado, no meu entender, da cultura na experiência imperial moderna" (1993, p. 37).

### Referências

- BATTESTI, Michèle. *La Marine au XIXe siècle. Interventions extérieures et colonies*. Paris: Éditions du May, 1993a.
- BATTESTI, Michèle. *Images des mers du Sud. Le voyage de la corvette La Coquille (1822-1825)*. Paris: Éditions du May, 1993b.
- BERIOT, Agnes. *Grands voiliers autour du monde. Les voyages scientifiques (1760-1850)*. Paris: Éditions du Pont Royal, 1962.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- BOUGAINVILLE, Hyacinthe-Yves-Philippe-Potentien de. *Journal de la navigation autour du globe de la frégate “la Thétis” et de la corvette “l’Espérance” pendant les années 1824, 1825 et 1826. I. Historique*. Paris: Arthus Bertrand, 1837.
- BRAGA, Daniel Dutra Coelho. *Entre tópicos e trópicos: a província do Rio de Janeiro e a expedição científica de Louis de Freycinet (1817-1842)*. 2014. 179f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- BRIÈRE, Jean-François. *Haïti et la France 1804-1848. Le rêve brisé*. Paris: Karthala, 2008.

- CARON, Jean-Claude. *La France de 1815 à 1848*. Paris: Armand Colin, 2011.
- CHATEAUBRIAND, René de. *Œuvres romanesques et voyages. Tome I. Bibliothèque de la Pléiade*. Paris: Gallimard, 1969.
- DÉMIER, Francis. *La France de la Restauration (1814-1830). L'impossible retour du passé*. Paris: Gallimard, 2012.
- DUNMORE, John. *From Venus to Antarctica. The life of Dumont D'Urville*. Exisle, 2007.
- D'URVILLE, M. J. Dumont. *Voyage de la Corvette l'Astrolabe exécuté par ordre du Roi, pendant les années 1826-1827-1828-1829, publié par Ordonnance de sa Majesté. Histoire du Voyage. Tome Troisième*. Paris: J. Tastu, 1831.
- ELIAS, Norbert. *La société des individus*. Paris: Fayard, 1991.
- FREYCINET, Louis de. *Voyage autour du monde exécuté sur les corvettes de S.M. "l'Uranie" et "la Physicienne" pendant les années 1817-1818, 1819 et 1820. Tome I*. Paris: Pillet Ainé, 1825. Disponível em <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k99353d>> Acessos em 20.ago.2015
- FURET, François. *La Révolution française. II. Terminer la Révolution. De Louis XVIII à Jules Ferry (1814-1880)*. Paris: Hachette, 1988.
- KURY, Lorelai. *Histoire naturelle et Voyages scientifiques*. Paris: l'Harmattan, 2001.
- POTELET, Jeanine. *Le Brésil vu par les voyageurs et les marins Français 1816-1840. Témoignages et images*. Paris: L'Harmattan, 1993.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da UNESP, 2013.
- PORTAL, Pierre-Barthélemy d'Albarèdes, baron de. *Mémoires du baron Portal, grand-choix de la Légion d'Honneur, Pair de France, Ministre de la Marine et des Colonies et Ministre d'État sous les rois Louis XVIII et Charles XX*. Paris: Librairie d'Amyot, 1846.
- REMOND, René. *La vie politique en France. Tome I - 1789 - 1848*. Paris: Armand Colin, 1965.
- REMOND, René. 1815-1830: l'Ultracisme. Extrémisme et tradition. In: REMOND, René. *La droite en France. De la Première Restauration à la Ve République*. Paris: Éditions Montaigne, 1968, pp. 25-59.
- ROSANVALLON, Pierre. *L'État en France de 1789 à nos jours*. Paris: Éditions du Seuil, 1990.
- SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- TAILLEMITE, Étienne. *Dictionnaire de la Marine*. Paris: Éditions Seghers, 1962.
- TAILLEMITE, Étienne. *L'Histoire ignorée de la marine française*. Paris: Perrin, 1988.
- TAILLEMITE, Étienne. *Marins français à la découverte du monde*. Paris: Fayard, 1999.

TODOROV, Tzvetan. *Nous et les autres. La réflexion française sur la diversité humaine*. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

WARESQUIEL, Emmanuel de & YVERT, Benoît. *Histoire de la Restauration 1814-1830*. Paris: Perrin, 2002 [1996].

WARESQUIEL, Emmanuel de. *Un groupe d'hommes considérables. Les pairs de France et la Chambre des pairs héréditaire de la Restauration. 1814-1831*. Paris: Fayard, 2006.

Recebido em: 25/08/2015

Aprovado em: 24/11/2015